

Brasil dirá ao FMI que crise política é entrave

138
HELIVAL RIOS

A crise política é a maior responsável pelo entrave na economia, notadamente pelas quedas acentuadas nas receitas federais e pela manutenção dos índices de inflação em patamares elevados. Esta é a tese central dos argumentos que o governo brasileiro estará encaminhando ao Fundo Monetário International (FMI) no próximo dia 17, em reunião prevista para analisar as causas do fracasso do Brasil no cumprimento das metas constantes do acordo formulado entre o governo brasileiro e aquela instituição.

No Ministério da Economia já há um certo conformismo entre os técnicos, no sentido de que o Brasil não vai poder contar com dinheiro do FMI este ano, pois está sem condições de cumprir as metas acertadas — especialmente aquelas envolvendo a redução do déficit público

operacional.

Os técnicos do Brasil vão dizer ao staff do FMI, basicamente, o que é óbvio hoje nas análises mais convencionais: que a economia brasileira vive um entrave provocado pela crise política e consequente baixa credibilidade do Governo.

A expectativa entre alguns técnicos, contudo, é no sentido de que após a conclusão dos trabalhos da CPI que investiga o caso PC, o País retorne à plena normalidade. Se houver uma crise dentro da crise — o que pode incluir um longo processo de impeachment do Presidente — poderá ocorrer um entrave econômico de pelo menos mais seis meses, colocando a retomada do crescimento e a realização do saneamento financeiro e fiscal do País fora das expectativas do Governo.

Alguns técnicos chegaram a sugerir que não vá ninguém a Washington dar explicações ao FMI: o

governo brasileiro poderia se limitar a encaminhar um relatório, já que entre os técnicos do Fundo há um bom nível de compreensão sobre as dificuldades econômicas vividas hoje pelo Brasil, criadas a partir de uma crise política.

Mesmo compreendendo o que se passa com o Brasil, no entanto, é praticamente certo que o País não conseguirá, do FMI, nada além da primeira tranche, liberada imediatamente após a assinatura do acordo.

Mais para o final do ano, porém, o Governo poderá ter algumas novidades a seu favor, capazes de interessar ao FMI. Entre elas a aprovação, pelo Congresso, de uma reforma fiscal — ainda que não seja exatamente aquela proposta pelo Governo, que ao menos acene concretamente para uma recuperação das contas públicas.

139
Paulo Cabral 17.03.92

140

141
Para Marcílio, a sociedade exige abrangência na reforma fiscal